

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

M P L A

boletim
de
orientação política

A SITUACÃO DA CLASSE
OPERÁRIA ANGOLANA

caderno nº 4

Editado pelo DOP

Abril/Maio 1973

Este quarto número do BOLETIM DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA, tratando de novo da questão da classe operária angolana, dá seguimento ao primeiro número. Com efeito, enquanto que no primeiro número se definiam sobretudo as bases teóricas que identificam uma classe operária e se analisavam as características fundamentais da classe operária angolana, neste quarto número a preocupação essencial é agarrar o pormenor, de modo a mostrar no concreto toda a ignomínia da exploração a que está sujeito o operário angolano, e as formas concretas de luta ao seu alcance.

Que estes objectivos tenham sido, pelo menos parcialmente, atingidos, são os nossos votos! Seja como fôr, esperamos sempre impacientemente pelas críticas e sugestões.

O DOP.

I. GENERALIDADES

Embora constituindo somente 18% da população activa total, os trabalhadores são já hoje o maior produtor de riqueza de Angola. Não obstante a grande supremacia numérica dos camponeses (80% da população activa), os trabalhadores criam uma parte mais volumosa do produto nacional, em virtude da maior produtividade do trabalho nas fábricas, minas, serviços e mesmo plantações, do que nas pequenas lavras dos camponeses.

Os trabalhadores angolanos agrupam-se em cinco grandes categorias: trabalhadores rurais (das roças e granjas de gado), mineiros, trabalhadores das pescarias, operários das fábricas (da indústria transformadora) e trabalhadores do sector dos serviços (sobretudo dos transportes).

O número total de trabalhadores angolanos anda à volta de 450.000, sendo 57% "contratados". A sua repartição é exposta no quadro seguinte:

Cifras Categorias	TOTAL	"CONTRATADOS"	
		Números absolutos	%
Trabalhadores rurais	240.000	200.000	83
Trabalhadores urbanos e das minas	210.000	60.000	29
- mineiros	40.000	25.000	63
- trabalhadores das pescarias	15.000	7.000	46
- operários das fábricas	35.000	2.000	6
- operários das construções	43.000	7.000	16
- operários dos transportes e comunicações	28.000	7.000	25
- trabalhadores do comércio	14.000	1.000	7
- trabalhadores dos serviços	35.000	11.000	31
TOTAL	450.000	260.000	57

2. EXPLORAÇÃO ECONOMICA

O grau de exploração, ou taxa de mais-valia, chega a ultrapassar em Angola a cifra espantosa de 300%, o que significa que por cada período de trabalho, o operário trabalha menos de uma hora para si e mais de sete horas para o capitalista. Esta elevadíssima taxa regista-se particularmente na indústria extractiva, nas minas de diamantes e ferro e nas explorações petrolíferas.

Como resultado disso, os salários são baixíssimos, os mais baixos de Africa. Eis porque os angolanos preferem emigrar para o estrangeiro, nem que seja para as minas dos racistas sul-africanos, do que trabalhar para os colonialistas portugueses.

Segundo o relatório secreto de Afonso Mendes, antigo director do chamado Instituto do trabalho de Angola, os trabalhadores angolanos ganhariam mensalmente em média seiscentos miseráveis escudos. Mesmo sem descontar a percentagem de fantasia deste número, vê-se até que ponto o operário angolano é atirado para uma situação de miséria.

A inflação galopante gera uma subida constante e vertiginosa dos preços. A média de subida dos preços no consumidor é de 10% anualmente (números oficiais, portanto escamoteados). Tudo se torna cada vez mais caro, da fuba à carne, do pão aos tecidos, dos transportes aos medicamentos.

Aliás, o que é a inflação senão um modo de se conseguir uma exploração suplementar dos trabalhadores, em benefício da oligarquia capitalista? Enquanto que o custo de vida aumenta sem cessar, os salários são bloqueados. Em cada ano que passa compra-se menos com os míseros 600\$00 mensais! E o lucro dos capitalistas aumenta na mesma proporção.

No campo, em que a exploração é mais descarada e brutal, o horário de trabalho estende-se do nascer ao pôr-de-sol! Sobre-tudo o "contratado", que é um verdadeiro escravo em pleno século XX, é obrigado a trabalhar enquanto lhe restarem forças para isso.

O salário no campo e nas minas nunca é pago integralmente sob a forma monetária: uma parte é paga em dinheiro, outra em géneros. O pagamento em géneros é mais outra forma vergonhosa de roubo: o peixe podre e o feijão furado nunca atingem o valor estipulado.

No sistema de "contrato", sobretudo na Diamang, o traba-

lhador não recebe nunca, ao fim de cada mês, a totalidade do salário monetário; é-lhe entregue somente uma pequena parte (50\$00) para os gastos do dia-a-dia, a chamada "makanya"; sendo a maior parte acumulada para ser entregue duma só vez, pelo chefe de posto, aquando da expiração do "contrato". Este sistema da "makanya", além de revelar uma atitude típica do pior dos paternalismos, é também mais uma forma de exploração, porque os trabalhadores angolanos - em geral analfabetos - não estão à altura de poder controlâr toda esta série de descontos mensais.

Como o salário é pois pago em grosso na "administração civil", o chefe de posto também não hesita em roubar a sua parte, muitas vezes diante do próprio trabalhador, seguro da impunidade que lhe garante o regime colonial.

E além disso há o "imposto indígena", hoje chamado eufemisticamente "imposto geral mínimo". Este imposto é reflexo fiél do mais retrógrado dos regimes do planeta: o colonialismo português. Com efeito, em todos os regimes fiscais do mundo, impera a noção de "base do imposto". Quer dizer, o imposto não pode ser lançado indiscriminadamente a toda a gente; a política social moderna exige que o imposto só se exerça sobre rendimentos acima duma certa base, dum certo nível. Abaixo desse nível há isenção de impostos, os impostos não se cobram. Como poderão ser objecto do imposto os trabalhadores angolanos se nem sequer conseguem alimentar-se convenientemente?

A história deste imposto está intimamente ligada à história do colonialismo. Inicialmente representava para os colonos um acto de soberania, na medida em que a população que pagasse impostos era considerada vencida, dominada, submetida. Mais tarde, e durante bastante tempo, o "imposto indígena" foi a principal fonte de receitas do orçamento colonial. Em 1961, para fugir atabalhoadamente aos ataques lançados pela consciência universal, passou a denominar-se "imposto geral mínimo". Hoje em dia, nas regiões libertadas, já ninguém os paga, e a queimada dos seus certificados representa também um acto de soberania, mas do povo angolano libertado.

A inteligência macabra dos colonialistas portugueses é fértil em arranjar novos impostos, cada um deles mais ridículo e mesquinho que o outro: imposto da bicicleta, imposto do batuque! E os chefes de posto não se coíbem em lançar os seus

próprios impostos, à margem da sua lei colonial, para seu benefício pessoal! Daí o "imposto do molho", o "imposto do casamento" e tantos mais.

A história da exploração colonial é a história da exploração econômica. O colonizador sempre se interessou mais pelo lucro do que pelo bem-estar da colônia. Para isso, criou impostos pesados e abusivos, como o "imposto do molho" e o "imposto do casamento", que eram apenas meios para enriquecer o colonizador à custa da população local. Além disso, a exploração se dava também através do comércio desigual, onde os produtos das colônias eram vendidos a preços baixos e os produtos europeus eram vendidos a preços altos.

Outro aspecto importante da exploração colonial foi a exploração da mão de obra. Os colonizadores utilizavam a força de trabalho indígena e africana de maneira desumana, submetendo-os a condições de trabalho extremamente duras e sem remuneração adequada. Isso gerou um enorme sofrimento e uma perda de vidas para a população das colônias.

A exploração colonial também se refletiu na cultura e na sociedade das colônias. Os colonizadores impuseram seus valores, costumes e língua, apagando a identidade cultural das populações locais. Isso resultou na formação de sociedades híbridas, onde elementos da cultura europeia se misturaram com elementos da cultura local, criando uma nova realidade social e cultural.

Em resumo, a exploração colonial foi um processo complexo e multifacetado, que teve impactos profundos e duradouros nas sociedades das colônias. A exploração econômica, a exploração da mão de obra e a exploração cultural foram os principais aspectos desse processo, que moldaram o destino das colônias e influenciaram o desenvolvimento das nações modernas.

3. . SITUAÇÃO SOCIAL

Ao autopsiar a situação social do operariado angolano, ha que ter em conta um factor omnipresente que tudo influencia: a discriminação racial. Para além da exploração normal do trabalhador pelo capitalista, há uma ultra-exploração que assenta em bases raciais, há um bloqueio sistemático da ascensão social dos africanos, há um bombardeamento psicológico tendente a inculcar no espírito dos angolanos, logo desde crianças, o complexo de inferioridade frente ao homem branco.

O próprio Dr. Afonso Mendes, já citado anteriormente, se refere a isso quando diz: "Dia após dia, nos contactos entre si, os indivíduos de origem europeia melindram os africanos com atitudes de voluntário acinto, que assentam numa animosidade evidente."

Como sub-produto da discriminação racial surge inevitavelmente o bloqueio da ascensão cultural dos angolanos: o número de escolas para os filhos dos trabalhadores é ínfimo, não há praticamente estabelecimentos de ensino para os adultos, são quase inexistentes as escolas profissionais. Donde, logicamente, se torna pouco menos do que impossível a qualificação dos operários angolanos. Em todas as empresas de Angola, sem excepção, é bem patente a clivagem social: dum lado os trabalhadores qualificados, de raça branca, do outro lado, os trabalhadores não qualificados, de raça negra.

Paralelamente ao bloqueio dos africanos, o regime colonial desenvolve um esforço ingente para promover os portugueses. Sabendo que 40% da população portuguesa é analfabeta, só se pode compreender que os portugueses em Angola sejam quadros especializados, se se souber que as escolas de alfabetização de adultos e de formação profissional existentes se destinam precisamente à sua promoção, para que nunca possam ficar ao nível da "raça negra inferior".

O objectivo é claro: afastar os africanos da técnica moderna. É muito mais fácil para um angolano estudar num seminário católico do que frequentar uma escola técnica!

No regime colonial, o trabalhador angolano é por definição um trabalhador manual. Esta é uma condição-base para a "estabilidade" do regime.

Na verdade, o regime colonial teme como fogo a instrução popular. Sabe que um trabalhador instruído está mais ap-

to a fazer reivindicações do que um não-instruído.

Por outro lado, o regime colonial esforça-se por preservar os melhores lugares para os indivíduos de raça branca. Sobretudo agora que já começa a haver um número relativamente elevado de desempregados brancos, este problema reveste-se de grande acuidade. A melhor maneira de garantir em cada ano um número suplementar de empregos para os portugueses, é impedir a qualificação dos angolanos. E dum golpe atingem-se três objectivos racistas: promovem-se os brancos, fomenta-se a sua emigração para as colónias, e mantem-se os africanos na ignorância.

As estatísticas portuguesas são perfeitamente mudas quanto a questões essenciais como estas: qual a percentagem de filhos de trabalhadores angolanos nos liceus e universidades? qual a sua percentagem, mesmo nas escolas primárias? quantas salas de aula e professores, por mil habitantes, há nos bairros da lata habitados pelos operários?

Não se limitando a inculcar um sentimento de inferioridade, na base de critérios raciais, a ideologia colonialista visa igualmente ancorar nos espíritos o desprezo pelo trabalho manual, pelo trabalho físico, considerado depreciativamente como "trabalho para preto"!

As regras de protecção no trabalho não são observadas. Por negligência, por não se querer investir grandes capitais em obras de infra-estrutura, são frequentes os desabamentos das minas. Como as vítimas são sempre africanos, os jornais colonialistas nem sequer se dão ao trabalho de noticiar tais acontecimentos!

A medicina colonialista nunca se preocupou com as doenças profissionais. Até hoje não foi publicado nenhum estudo sobre as pneumocoses nos cimentos e no algodão, sobre as bagaçoses no manuseamento da cana sacarina, sobre as enfermidades que surgem na indústria química, etc. etc.

Não se tomam nenhuma precauções para se evitar os acidentes de trabalho e para se prevenir as doenças profissionais. As empresas raramente possuem instituições sociais, como escolas, profissionais, clínicas, maternidades, jardins de infância, e quando possuem algumas delas, ou são rudimentares, ou se destinam aos colonos.

Cada roça firma um contrato com um médico que teoricamente deverá velar pela saúde dos trabalhadores. Mas ... só teoricamente, porque a realidade é a todos os títulos revoltante.

Em caso de doença, o trabalhador em vez de receber cuidados médicos, é despedido. A previdência social (pensões por invalidez, por velhice, protecção às viúvas e órfãos, etc) é inexistente.

Em caso de licenciamento não se dá um prazo ao trabalhador para se preparar, nem sequer se dá uma gratificação.

O resultado de toda esta vida de miséria está bem patente na elevadíssima taxa de mortalidade entre os angolanos e numa esperança de vida que não vai além dos trinta anos. Todas as doenças infecto-contagiosas, desde a tuberculose às doenças venéreas, encontram campo fértil, e o paludismo continua a ser uma das principais causas da elevada mortalidade.

O "contrato", que é na realidade trabalho forçado, ou ainda escravatura do século XX, continua a ser a base sobre a qual assenta toda a economia colonial. No sector primário capitalista (agricultura empresarial e minas), os "contratados" atingem mesmo 81% do total dos trabalhadores.

O "sistema de contrato" é fonte do mais vergonhoso dos comércios de seres humanos de todo o século XX, o que tem provocado sistemáticas e severas condenações por parte da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual, aliás, Portugal foi obrigado a retirar-se. Os angolanos são vendidos pelos chefes de posto e administradores aos proprietários de roças de café, de algodão ou de sisal, de pesarias, de minas ou de usinas.

Afonso Mendes não pôde deixar de reconhecer no seu relatório secreto que "a escravatura, as guerras de pacificação, os abusos do poder, as violências físicas exercidas pelas autoridades administrativas, o trabalho forçado com todo o seu séquito de consequências bem pouco agradáveis de relatar, o errado uso e abuso da tutela durante o regime do indigenato, as medidas administrativas, a expropriação das terras ..." são poderosos factores que opõem a população africana ao colonialismo.

Por um lado, os chefes de posto enriquecem desavergonhamente, por outro lado, cresce assustadoramente a já de si tão elevada taxa de mortalidade entre os "contratados". Tal é o balanço trágico do trabalho forçado em Angola.

É com toda a razão que Henrique Galvão definia o "contrato" como um sistema mais desumano que a própria escravatura,

porque enquanto que o escravagista se preocupa com os escravos, como propriedade sua, o colono dos nossos dias é absolutamente indiferente à sorte dos "contratados"; se algum deles morre, não tem outra coisa a fazer senão pedir outros à "administração civil".

O castigo físico é a "recompensa" normal a que têm direito os trabalhadores angolanos, após terem encheido os bolsos dos colonos. A palmatória, o chicote, as cordas, são não somente apanágio da administração portuguesa, como de cada um dos patrões colônialistas. Além disso, há o vexame, o insulto. A todo o momento os trabalhadores são grosseiramente insultados pelos abrutalhados colonos com improperios extremamente ofensivos à dignidade humana.

Citamos de novo Afonso Mendes: "Algumas prepotências dão a ideia de que os indivíduos de origem africana não gozam de iguais direitos dos demais, e sobre eles incide um maior gravame de deveres". E mais adiante: "Ainda é frequente a intervenção repressiva das autoridades administrativas junto dos trabalhadores a pedido dos respectivos empregadores. Vem de há uns tempos verificando-se idêntica intervenção das autoridades policiais e para-militares. Não são isolados os casos de violências físicas extremas".

A ração alimentar do trabalhador angolano é menos do que insuficiente. A ausência na alimentação de carnes, leite, ovos, frutas, priva o operário de elementos essenciais da nutrição, como as proteínas, gorduras animais, vitaminas e vários sais minerais. A ração visa unicamente o fornecimento de energia para os músculos, através dos hidratos de carbono, da fuba e do feijão; e mesmo assim, cada angolano só tem direito a 1.800 calorias diárias, contra 3.100 nos Estados Unidos. A falta de proteínas atinge principalmente as crianças; por isso mesmo em Luanda e nas outras cidades são tão frequentes os casos de kwashiorkor: 10 gramas de proteínas animais por habitante, em Angola, contra 62 gramas diárias nos Estados Unidos.

O vestuário é caro, se atendeimos ao nível de vida do operário. Os preços dos sapatos são quase proibitivos, e na melhor das hipóteses recorre-se às sapatilhas de lona.

O alojamento é puro e simplesmente degradante, um verdadeiro atentado a dignidade humana: casas de pau-a-pique, permanentemente ameaçadas de serem arrasadas pelo Caterpillar, para darem espaço a um novo quarteirão de brancos. E assim os

bairros da lata são empurrados para cada vez mais longe dos centros das cidades.

Os bairros da lata, as lixeiras, não têm água nem luz. Na melhor das hipóteses, há olofotes nos cantos das vielas para permitirem o controle policial, e chafarizes públicos, em torno dos quais se formam charcos para as crianças pobres brincarem! Não há esgotos, não há latrinas. Nada mais natural, pois, que a cólera teime em permanecer em Angola.

Os mineiros vivem em condições ainda mais humilhantes. Cercados por arame farpado, em "compounds" do estilo sul-africano, os trabalhadores vivem enjaulados como degredados. Afastados das suas famílias, desenraizados, são presa fácil dos piores vícios, como o álcool e a diamba.

Os meios de transporte sub-urbanos para permitir o deslocamento dos trabalhadores dos seus bairros para os postos de trabalho, ou são péssimos, ou mesmo inexistentes. Quer dizer, o operário vai ao emprego ou a pé, ou de "fula-fula"! Para o operário chegar pontualmente à usina deverá sair de casa às quatro horas da madrugada! E ao lado dele circulam carros de luxo passeando gorduchos colonos!

Para além destes traços gerais comuns a todas as categorias de trabalhadores, há características particulares a cada profissão. Assim, por exemplo, os trabalhadores das pescarias são vítimas das péssimas instalações portuárias, da má qualidade dos barcos pesqueiros, da escassez de água doce. Os trabalhadores dos transportes são alvo da maior das discriminações raciais: os taxis das cidades só são conduzidos por brancos; até há bem pouco tempo unicamente brancos podiam ser maquinistas dos caminhos de ferro; os serviços dos transportes aéreos, tanto no ar, como em terra, nos aeroportos, estão vedados aos africanos; nos transportes marítimos os chamados "embarcações" são vítimas de contínuas humilhações; e mesmo nos transportes terrestres os condutores de camiões são geralmente brancos, restando aos angolanos o emprego de "ajudantes".

As mulheres são vítimas duma exploração ainda mais brutal: salários mais baixos que os do homem para trabalho igual, não protecção durante a gravidez e o parto, insultos constantes ao pudor, vexames, humilhações.

A expoliação das terras dos agricultores e do gado dos pastores atira para as cidades massas compactas de ex-campo-

neses. É o êxodo rural. E as sub-equipadas cidades não podem absorver esses excedentes populacionais, pelo que aumenta desmesuradamente o número de desempregados e engrossam as fileiras do lumpem-proletariado.

Portanto, o desemprego é uma constante da sociedade capitalista. E no entanto, os desempregados em Angola estão sempre em risco de serem presos por "vadiagem" e atirados para o "contrato". O dito "certificado de trabalho" é pois mais uma forma humilhante de controle policial dos operários.

Por um lado os reflexos imediatos da mentalidade camponesa, veiculada pelos recém-chegados, sobre os trabalhadores das cidades, por outro lado a influência sobre estes do espírito anárquico do lumpenato, e finalmente a penetração da ideologia burguesa e ríscmo colonial nas fileiras operárias, dificultam a cristalização da mentalidade proletária entre as massas trabalhadoras. Assim se explicam certas atitudes e vícios que ainda prevalecem entre os operários, como o alcoolismo, o individualismo, o tribalismo, o fetichismo e o racismo.

4. A SITUAÇÃO POLÍTICA

O regime português além de colonialista é também fascista. A grande arma de todos os dias do trabalhador, a greve, é interdita. Da mesma maneira está vedado aos operários constituírem os seus sindicatos que são a forma primária e básica de organização do proletariado. Os partidos políticos foram sempre proibidos, só restando ao povo o recurso à luta clandestina, primeiro, e mais tarde à associação desta com a luta armada.

Certamente, os fascistas falam em sindicatos. Mas são sindicatos fascistas com direcções nomeadas e não eleitas, nomeadas pelo topo fascista. Para mais, são sindicatos racistas, em que até há bem pouco tempo os trabalhadores angolanos, os chamados "indígenas" não podiam participar. E hoje, embora teoricamente todos os operários se possam afiliar nos sindicatos ditos "nacionais", não resta dúvida que a realidade permanece inalterável: os operários angolanos continuam a não estar sindicalizados. De qualquer maneira só seria prejudicial para os trabalhadores angolanos participar nos sindicatos fascistas, uma vez que as cotizações a pagar não seriam mais do que uma nova forma de imposto sem compensação de espécie alguma. As organizações sindicais fascistas em nada podem ser benéficas ao povo angolano, em primeiro lugar, porque não são angolanas mas sim portuguesas, em segundo lugar porque o seu objectivo não é apoiar a classe operária, nem sequer a classe operária portuguesa.

A PIDE/DGS actua com especial energia entre os trabalhadores. Por um lado, utiliza os métodos criminosos de perquisições permanentes, rusgas, prisões, castigos corporais e assassinatos. Por outro lado utiliza a intriga, seneia o ódio, tentando destruir a solidariedade entre os operários, atemorizar os mais valentes e recrutar agentes entre os mais fracos.

O regime colonialista serve-se também do ópio dos trabalhadores: desde os torneios de foot-ball da CUCA, aos carnavais pré-fabricados de fantochada, desde a chamada "voz de Angola" aos filmes de cow-boys.

Embora ainda não tenha adquirido a plena consciência de classe, o operariado angolano já tem uma longa tradição de luta: movimento das escolas clandestinas nos anos cinquenta, larga participação no 4 de Fevereiro, levantamento grevista na

Baixa de Kasanje em 1961 afogado selvaticamente em sangue pelos colonialistas, participação na luta armada e na luta clandestina de libertação nacional.

No momento actual, a reivindicação máxima dos trabalhadores angolanos confunde-se com a reivindicação geral do povo angolano: independência nacional imediata e completa e democracia nacional.

Entretanto, os trabalhadores devem ir mais longe: devem fazer greves sucessivas, cada vez mais reivindicativas e prolongadas, exigindo aumento de salários, protestando contra a carestia da vida, negando-se a pagar impostos, exigindo melhores meios de transporte, escolas e hospitais. Esta é a luta económica e social. Mas a luta económica e social, só, não basta. Há que ir mais longe. Há que transitar rapidamente para as greves e manifestações políticas, exigindo a libertação dos presos políticos, a formação de sindicatos autênticos com direcções eleitas pelas massas, protestando contra o sistema humilhante de certificados de residência e de trabalho, insurgindo-se contra a discriminação racial e contra os abusos de toda a ordem, contra as prisões arbitrárias, castigos físicos e assassinatos, e finalmente exigindo a independência nacional.

Este vasto movimento de manifestações e greves económicas e políticas só pode ser eficaz se fôr estreitamente combinado com a luta clandestina nas cidades, minas e roças e se tiver ligação com a luta armada no campo. Quer dizer, a organização política clandestina do MPLA deve preparar minuciosamente cada greve, cada manifestação, para que de facto possam contar com a mais ampla participação das massas. Porque se as greves e manifestações forem seguidas por centenas, por milhares, por centenas de milhares, por milhões de trabalhadores e de patriotas angolanos, os colonialistas, não obstante a sua crueldade, nada poderão fazer. O momento político nacional e internacional é extremamente desfavorável para os colonialistas. Há que aproveitá-lo.

Os trabalhadores devem arrastar para as greves, e sobretudo para as manifestações, o maior número possível de patriotas angolanos, forjando assim na prática quotidiana a mais sólida aliança com os camponeses, os intelectuais revolucionários e todos os nacionalistas em geral.

Em todas as suas acções, de pequena ou de grande amplitude, os trabalhadores jamais se deverão esquecer de que são a vanguarda da sociedade angolana, de que são a classe mais revo-

lucionária, e de que o seu objectivo último ultrapassa largamente o objectivo geral da nação, pois consiste na abolição definitiva da exploração do homem pelo homem, com base numa aliança fecunda com o campesinato, intelectuais revolucionários e outras camadas patrióticas.

Os trabalhadores devem assimilar rapidamente a sua ideologia e pô-la em prática de acordo com as condições concretas do nosso país, para que tomem consciência de classe, consciência da sua força e do seu valor, a fim de que rapidamente a actual "classe em si" salte qualitativamente para a "classe para si".

Paraphraseando Lenin, diremos que o proletariado só é revolucionário na medida em que toma consciência da sua força e dos seus objectivos políticos.

5. CONCLUSÃO

O regime colonial não oferece as mínimas perspectivas aos trabalhadores, como aliás a todas as outras classes angolanas: nem no campo económico, nem no campo social, nem no campo político.

Enquanto houver colonialismo os trabalhadores serão sempre selvaticamente explorados, as riquezas e os lucros serão sempre encaminhados para o estrangeiro, para as usinas e cofres imperialistas, e o país permanecerá atrasado.

Enquanto durar a escravatura colonial, continuarão a provocar destruições todos os males sociais, como a discriminação racial, o desemprego, o analfabetismo, a elevada mortalidade, as arbitrariedades de todo o tipo, a fome e os crimes.

Enquanto não for desmantelado o colonialismo, os trabalhadores não terão qualquer possibilidade de impôr os seus ideais políticos e serão sempre vítimas da PIDE, dos abusos, dos desrespeitos pelos mais elementares direitos do homem.

Eis porque nesta fase de luta a reivindicação máxima dos trabalhadores se confunde com a reivindicação geral do povo angolano: independência nacional e democracia. Sem independência nenhuma classe nacional poderá fazer valer os seus direitos, embora deva lutar constantemente, e em todas as circunstâncias, por eles.

Os trabalhadores deverão, pois, utilizar todos os métodos de luta conduzindo à independência: luta armada no campo e na cidade, luta clandestina por toda a parte, greves, manifestações, e mesmo, sempre que possível, luta legal, sobretudo nos domínios cultural e social.

Só participando desde já e nacemento no combate pela libertação nacional, a classe operária poderá conquistar uma forte posição entrincheirada que lhe permita, no após-independência, fazer as mais amplas reivindicações.

A libertação da Humanidade não é um dom, mas sim obra ingente duma classe, a classe operária, dirigindo as massas laboriosas e revolucionárias.

A VITÓRIA É CERTA!